

Escrever, existir, resistir

Writing, existing, resisting

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. 341p.

Aline Magalhães Pinto

alinealinemp@gmail.com

Professor adjunto

Pontifícia Universidade Católica-Rio

Rua Orenoco, 137. Apto 502 - Carmo

30310-060 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Brasil

Palavras-chave

Subjetividade; Autobiografia, Gênero.

Keywords

Subjectivity; Autobiography; Gender.

A natureza não cria senão seres livres.
(LACLOS, C. *Les liaisons dangereuses*, 1783).

Rigor e criatividade andam lado a lado em *A aventura do contar-se* (2013), em que M. Rago se entrega a um esmiuçar reflexivo acerca da autorrealização de sete vidas como militantes, como artistas-de-si, como *mulheres*, entre os anos 1960 e 2010, no Brasil. O livro se insere no campo dos estudos de gênero, sexualidade e subjetividade, território que a autora domina com propriedade ímpar. Sendo uma das responsáveis pela recepção e circulação das reflexões foucaultianas no Brasil, M. Rago – cuja formação intelectual alia História e Filosofia –, construiu nos últimos trinta anos uma sólida carreira, em que se destacam as obras *Do Cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930* (1985) e *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930* (1991).

A aventura do contar-se é um estudo sobre a relação de si para consigo e para com o mundo de sete mulheres, que abarca as positivities desses trajetos, mas também as censuras e obstruções que os marcam. Referidas pelo prenome, numa escrita que desafia os formalismos acadêmicos – traço evidenciado por Seligmann-Silva no prefácio –, cada uma dessas personagens atua como uma linha de força pela qual acompanhamos a conjunção entre práticas de liberdade e desvio de modelos que conforma parte importante da configuração histórico-cultural do Brasil contemporâneo.

282

Quem são elas? As irmãs Amélia Teles e Criméia Schmidt, militantes do PC do B à época da Guerrilha do Araguaia, fundadoras da União de Mulheres de São Paulo, ativistas e membros da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos da ditadura militar brasileira; Gabriela Leite que, vinda de uma família de classe média, estudante da Usp, faz uma inusitada opção pela prostituição e se torna líder da Davida, organização pioneira em promover a cidadania das prostitutas; Ivone Gebara, freira e teóloga que rompe com a Teologia da Libertação para reinventar a relação da mulher com a religião católica, criticando os dogmas patriarcais dentro do domínio religioso; Maria Lygia Quartim de Moraes, socióloga ativista da causa feminista que viveu a experiência da perda do marido (Norberto Nehring, militante da ALN e assassinado pelo Regime Militar em 1970) e do exílio em Cuba, Chile e França; Tânia Swain, historiadora, que sai do Brasil para estudar e que corre o mundo com a companheira, vivendo a atmosfera incandescente do feminismo da Paris dos anos 1970; por fim, Norma Telles, que desiste da segurança do casamento em 1968, adere à contra-cultura, suas turbulências e experimentações, enfrentando a questão do corpo (sentidos, emoções, sentimentos), a um só tempo engessada pelo conservadorismo da sociedade e relegada pelas teorias revolucionárias como “dilema pequeno-burguês”. Entre elas, em comum, argumenta Rago, há a dimensão profunda da “experiência de incômodo e inadaptação diante dos modelos tradicionais de feminilidade” (RAGO 2013, p. 36).

O que alimenta a rede traçada entre as representações das vivências individuais, as instituições políticas e os contextos mobilizados, é apontado,

com pertinência, por Seligmann-Silva, como *parrhesia*. Isso é, “uma verdade eminentemente política, que fere, provoca e desmonta o *establishment*” (RAGO 2013, p. 15). Com efeito, Em *Le courage de la vérité: le gouvernement de soi et des autres*, Foucault argumenta a respeito dessa prática que fundamenta a democracia. Esse “falar franco” ou “dizer verdadeiro” constitui-se como uma atividade que compreende uma dimensão de risco por aquele que o enuncia.

Trabalhando no limiar entre o discurso historiográfico, discurso feminista e autobiografia, M. Rago arrisca-se num duplo sentido.

Dada a natureza das relações históricas em que se conformam os modos de subjetividade de seres humanos do gênero feminino no século XX, a autora reconhece que a autocircunscrição do eu feminino que escreve sobre si emerge sob o peso de parâmetros tradicionalmente masculinos. Essa circunstância determina que esse tipo de escrita implique numa experiência de desvio do modelo identitário previamente estabelecido, isso é, uma quebra da expectativa socialmente aprovada e uma luta pessoal contra o normatizado. O que leva a pesquisadora a descobrir seu “objeto” em meio aos códigos normativos hegemônicos masculinos e na oposição a eles. Portanto, a primeira dimensão do risco assumido por Rago se desvela, justamente, na composição do corpus trabalhado. Operando a partir da chave aberta por Foucault e sua concepção de *escrita de si* – técnica e prática de autoconstituição ética e política individual-, Rago discute um conjunto heterodoxo de fontes (detalhadamente apresentado ao final do livro), composto de artigos, livros, processos penais e sobretudo, entrevistas gravadas por ela ou já publicadas. Ou seja, embora algumas delas tenham autobiografias publicadas (GEBARA 2005; LEITE 1992; 2009), a fonte documental é um engenho intelectual fruto de uma disposição teórica.

Rago promove uma reinscrição dos elementos narrativos dispersos por esse corpus fragmentado. Essa reinscrição é, como atenta Sellingman-Silva, *heterobiográfica*. Ao abordar a difícil relação entre lembrança, esquecimento e trauma na escrita autobiográfica, a autora promove a crítica das relações entre memória e história, afirmando o caráter fragmentário da primeira assim como seu poder de transformar a paralisia dos momentos difíceis em frente de luta. Todavia, e isso sofisticava o trabalho, a confecção do texto reorganiza os elementos narrativos, mas não os submete a uma narrativa linear. À fragmentação das “fontes” corresponde uma fragmentação do texto, de maneira que podemos dizer que o livro é dotado de uma estrutura rizomática. Recusando a saída mais simples – que seria tratar de cada experiência subjetiva em capítulos separados, recompondo sete trajetórias lineares- a historiadora opta por uma estruturação que além de garantir a capilaridade do texto, produz um interessante efeito historiográfico e textual que questiona a narratividade do gênero.

O que nos leva ao encontro da segunda dimensão de risco enfrentada. A autora desenvolve a historicidade das formas humanas femininas de maneira a desafiar a tradicional conformação historiográfica da dimensão política. Sendo verdadeiro que a historiografia dedicada à contemporaneidade tem cada vez mais abordagens que dialogam com uma “nova história” (representações, iconografia, cultura política), é igualmente verdade que, em grande medida,

a História Contemporânea se deixa confundir com uma história política presa de forma tradicional aos temas da vertente clássica (partidos, instituições, classes). Nesse horizonte, Rago abre outro ponto de vista, fortemente inspirado na posição foucaultiana em relação ao poder, ao saber e a História – *modo de ver* marcado, portanto, por rupturas, descontinuidades, recomeços contínuos definidos por lutas e relações de força. Sua pesquisa e escrita tomam como ponto de irrupção um entrecruzamento dos movimentos subjetivos e traumas pessoais com um momento violento e dramático da vida política nacional, a ditadura militar, e seus estilhaços pelas décadas seguintes. A costura é tal que, a partir das vivências de Criméia, Amélia, Ivone, Tânia, Gabriela, Norma e Maria, conduzidos pela verdade corajosa de que nos lembra Foucault, visualizamos uma história da ditadura militar, uma história do socialismo, uma história dos movimentos sociais e das lutas por direitos civis, uma história da violência policial, uma história do pensamento feminista e do feminismo no Brasil.

Enfrentando essa dupla condição de risco, Rago trabalha a tensão entre o sentido coletivo e o individual, entre o texto e o contexto, por meio de uma elaboração teórica e reflexiva que não tenta negligenciar as hierarquias que conformam uma cultura fortemente misógina. Ao contrário, ela concede visibilidade e força ao que a ela resiste, cedendo espaço para modos subjetivos não privilegiados pelo atual estado de coisas.

Unir os pontos

284

A conformação do texto se dá por meio da divisão em três capítulos – “Experimentações”, “Cartografias” e “Um lugar no mapa” –, antecedidos por uma introdução que fornece o arcabouço teórico do empreendimento, em que à mencionada base foucaultiana soma-se uma inspiração deleuziana. O aparato construído a partir da interlocução com a obra dos dois filósofos gira em torno da dimensão ética-existencial projetada sob um fundo estético. A relação ético-estético estabelecida têm o mérito de não configurar um esteticismo e sim uma análise direcionada a compreender o sujeito como um artífice de si mesmo.

Com essa chave, M. Rago adentra pelo contexto brasileiro conectando-o ao ambiente intelectual mais amplo em que o feminismo constitui uma força discursiva que concorre para a redefinição da noção de feminino. Esse processo envolve ressignificações que não se reduzem a um embate contra o “machismo”. Ele exige uma revisão dos aspectos misóginos de nossa cultura. Tarefa para a qual a delimitação teórica procedida por Rago em “Balizas” mostra-se crucial, ao articular de forma delicada as reflexões teóricas a respeito da produção da individualidade nas sociedades modernas às temáticas abordadas pelos feminismos, por meio da problemática da linguagem e das formações discursivas autobiográficas. Como consequência desse tratamento teórico, como afirma Rago, “a experiência deixa de ser vista como autenticidade do vivido, como evidência de si mesma, assim como o discurso deixa de ser considerado como mera abstração conceitual, reflexo da realidade, a partir de uma oposição binária que hierarquiza teoria e prática, pensamento e ação” (RAGO 2013, p. 31).

Mobilizando estudos como os de P. Lejeune, J. Peneff, M. McLaren, N. Richard, L. Arfuch, B. Sarlo, C. Taylor, J. Starobinski, entre outros, Rago procura mostrar como se constroem “artes feministas da existência” argumentando que o modo de vivenciar o gênero é mediado por um sistema de representações discursivas. Logo, o emergir de modos de existir mais plurais e nuançados prescinde da diluição do padrão identitário socialmente aprovado. O esforço da autora será o de mostrar como a escrita de si, em sua dimensão psicanalítica e política, contribui para essa solvência pois permite a reorganização, a expressão e a transmissão das experiências vividas produzidas por caminhos subjetivos desviantes. Para desnaturalizar a própria padronização, Rago trabalha o material advindo das vidas das mulheres que estuda como invenções possíveis. Sem romantizar e tampouco deixar de dotá-las do brilho que lhes é devido, cada uma das trajetórias abordadas compõe, simultaneamente, um posicionamento crítico em relação ao presente e uma possibilidade desviante em relação às expectativas socialmente construídas para as mulheres. Isso é, em relação aos traços misóginos da cultura dominante, M. Rago trabalha o que há de singular no modo de ser feminino que cada uma das feministas constrói e contra o que esse modo se posiciona.

O texto se abre com as histórias de Amélia Teles e Criméia Schmidt, – nascidas no meio operário e filhas de um ativo militante do Partido Comunista, preso em 1964. Para elas, a atividade política militante de esquerda e o universo policial sombrio da perseguição política sempre estiveram presentes. Militantes do PC do B, ao final de 1972, são detidas e imediatamente submetidas às práticas de tortura. Suas reelaborações revelam, pela crueldade da violência sexual, física e psicológica que enfrentaram, o que significava torturar uma militante de esquerda. Mais do que uma postura política, os corpos femininos que ousavam participar da luta armada carregavam a maior traição: a destruição da família. A deturpação que ser militante opera na figura da mulher como mãe e esposa devia ser castigada, como consequência à desobediência aos códigos impostos ao gênero.

A trajetória de Ivone Gebara também se desvia do papel da mulher dentro da família, ainda que tornar-se freira seja uma opção aceita socialmente. Para Ivone, a vocação religiosa permanece incontestada. O mesmo não se pode dizer da relação de sua identidade pessoal com aquilo que se espera de uma religiosa. Aquela que se tornará uma freira feminista, muito precocemente, entende-se socialista e, como teóloga da libertação, atua em várias frentes pela formação de leigos e religiosos na luta pela igualdade e justiça social.

De forma análoga, embora bastante distinta, Gabriela Leite também se desviou da aliança entre mulher e família. E sua forma de desvio, tal como a vocação religiosa, está fortemente inserida na cultura brasileira. Registrada no nascimento como Otilia, Gabriela foi uma tímida estudante da USP. De origem modesta, sentindo-se isolada e sem lugar na efervescência da cidade de São Paulo, se encanta com um caminho “mais fácil, aconchegante e sensual”: a prostituição. A ilusão de uma “vida fácil” logo se desfaz face aos preconceitos enfrentados e já em 1979, Gabriela Leite faz parte do primeiro movimento das prostitutas da Praça da Sé em São Paulo.

Para Norma Telles, após cinco anos de casamento e dois filhos, desviar-se das funções familiares teve um gosto de abertura de horizontes. Antes de se casar, ela teve a oportunidade de viver, no final dos anos 1960, entre França e EUA, o auge dos movimentos de contracultura, deixando-se marcar profundamente por essa experiência. Divorciada, segue para a Índia, e dedica-se a um tipo de formação que recusa a anulação dos sentidos e a renúncia ao prazer. O desvio de Norma Telles amplia a gramática política, chamando atenção para temas como o do corpo, da sexualidade e da subjetividade.

Por sua vez, Maria Lígia Quartim de Moraes vive a experiência do desvio como uma ruptura que ganha corpo na perda do marido e consequente exílio em Cuba, no Chile e na França. Vinda de uma família influente e culta, conduzida por suas posturas políticas, o impacto do golpe militar e da repressão ressoa para ela como necessidade de enfrentar o medo da violência do Estado Brasileiro.

Por fim, Tânia Swain, que se muda para Paris em 1974, entrando em contato com a vanguarda feminista francesa e também norte-americana. Tânia e Marie-France, sua companheira, entregam-se a um tipo de experiência bastante raro entre as mulheres brasileiras daquele momento: ser viajante. Ao deixar se levar pelo espírito da viagem sem um homem como acompanhante, sem um motivo, sem um destino traçado ou tempo cronometrado, Tânia Swain adquire o olhar que desfamiliariza.

286

Ao longo do livro, a autora irá destacar o processo de consolidação dos modos de subjetividade desviantes que estavam a ser construídos por essas mulheres e a relação deles com o cenário brasileiro, marcado, nos anos 1970 e 1980, pelo surgimento de grupos feministas em que militantes partidárias e marxistas se misturam às novas gerações, que defendiam questões de sexualidade e de violência contra a mulher. Nesse momento, afirma Rago, "as feministas buscavam criar um a linguagem própria, capaz de orientar seus rumos na construção subjetiva das mulheres como novos protagonistas sociais e políticos" (RAGO 2013, p. 118).

Ao descrever e a analisar a amplitude que cada "gesto de escrita" ganha, Rago nos oferece um retrato de como cada uma dessas mulheres se tornaram o que são. Em cada um desses percursos, a condição de desvio atrela-se à questão da resistência.

Ivone Gebara desvencilha-se de algumas concepções religiosas da teologia da libertação e assume o feminismo dentro da Igreja católica. O feminismo, para a religiosa, foi a ferramenta intelectual que a tornou capaz da crítica às formas pelas quais, em nome da libertação social, justifica-se uma outra exclusão: a que confina às mulheres ao mundo privado. Ao longo dos anos 1980, Ivone se torna conhecida como a "freira do aborto". Fortemente atacada pela mídia conservadora, acaba sendo punida com o "convite" a se retirar do país e seguir, em silêncio, os estudos de teologia na Bélgica. O que não a cala. Em suas obras, dedica-se a refletir sobre as consequências de pensar o mundo como mulher, tendo a Igreja como espaço de luta simbólica.

Por meio do trajeto de Amélia Teles, Rago mostra a historicidade e a ambiguidade da experiência da opressão para o gênero feminino, desvelada tanto

em relação às instituições tradicionalmente masculinas (partidos, sindicatos, igrejas), como em relação às divergências entre as mulheres (burguesas, proletárias, lésbicas, negras).

A irradiação do feminismo no Brasil enredeia-se à história de Criméia Schmidt, uma das poucas sobreviventes da Guerrilha do Araguaia que esteve grávida na prisão, onde dá à luz. Contra ela pesaram, além da violência do Estado, o descaso e negligência do Pcdob – que condenava relacionamentos afetivos entre os membros do Partido. Sem o apoio dos militantes, sem documentos e sem emprego, ao sair da prisão, a clandestinidade retira-lhe o espaço da vida. Resistindo e lutando, Criméia Schmidt se apegava à própria história, por um lado, e ao movimento feminista, por outro. A construção de uma “memória emblemática” do período da Ditadura Militar e a militância em busca da criação de um espaço de subjetividade propriamente feminino caminham juntos na construção da identidade dessa mulher em guerra contra o Estado, em nome dos desaparecidos, e contra a misoginia de uma cultura cuja violência atinge brutalmente às mulheres.

Maria Lígia Quartim de Moraes encontra seu espaço de resistência na formação intelectual. No exílio, dedica sua atividade acadêmica à elaboração do luto, mas também à busca de novas formas de interação social e política. Atuante na militância do feminismo de esquerda, seu trabalho é fundamental para alimentar uma mentalidade que combate, igualmente, a desigualdade entre homens e mulheres no mundo privado e a exploração social do trabalho no mundo público.

Tânia Swain volta ao Brasil trazendo na mala não apenas o arcabouço foucaultiano e derridiano como também as intervenções de trabalhos como os de Nathalie Z. Davis e Joan Scott. Dedicando-se à introdução do feminismo no mundo acadêmico, a pesquisadora vem contribuindo para engendrar reflexivamente novas formas de entendimento do feminino.

Norma Telles, munida da convicção de que a atuação feminina como artista e escritora contém uma desobediência e uma rebeldia em relação aos códigos morais, se dedica a encontrar e analisar trabalhos “desapareceram” na confecção das histórias literárias e das artes. Esse tipo de trabalho não é importante simplesmente para “provar” que existiam mulheres artistas e escritoras. O que está em questão é fornecimento de imagens, modelos, formas e referências plásticas que inspirem a conformação de outros modos de identificação femininos.

Gabriela Leite rompe quase todas as barreiras ao assumir a prostituição como atividade. Quase. Aquelas que ainda faltavam, ela ultrapassa quando assume o prostituir-se como um combate simultaneamente político e subjetivo. Sua atividade conjuga sexo e força e nessa medida, Gabriela orienta seu feminismo de forma a não compreender a prostituição como a transformação da mulher em mercadoria. Inicialmente, como ativista na Boca do Lixo, depois pela Associação de Prostitutas do Brasil, até a criação da Ong Davida, ela luta pelos direitos civis, trabalhistas, pela prevenção à aids para todas as mulheres, sobretudo aquelas em situação socialmente desvantajosa. A construção de si operada por Gabriela Leite é marcante. Como afirma Rago: “Nunca imaginei que se lançar na prostituição

poderia ter um final feliz, sem a tradicional regeneração ou a morte trágica do personagem, como nos romances antigos” (RAGO 2013, p. 178).

Finalmente, o livro cumpre sua tarefa ao dizer de forma verdadeira e corajosa acerca do exercício cotidiano da liberdade e da autonomia, mostrando-nos que alcançar e transformar a esfera pública exige uma configuração desviante e resistente de si mesma.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. **Le courage de la vérité**: le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France, 1983-1984. Éd. Frédéric Gros. Paris: Gallimard; Seuil, 2009.

GEBARA, I. **As águas de meu poço**. Reflexões sobre experiências de liberdade. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LEITE, G. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Filha, mãe, avó, puta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.